

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.306 - PR (2019/0350660-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : MARCUS LEANDRO ALCANTARA GENOVEZI
ADVOGADO : MARCUS LEANDRO ALCANTARA GENOVEZI - PR028524
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : EVERTON LUIZ DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EVERTON LUIZ DE SOUZA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que denegou a ordem visada no *Writ* n. 0054484-80.2019.8.16.0000 para manter a prisão preventiva decretada em desfavor do ora paciente.

Noticiam os autos que o acusado teve prisão preventiva decretada em 7/10/2019 pela suposta prática, por diversas vezes, do delito tipificado no art. 171, *caput*, do Código Penal, porque, mediante fraude, teria obtido vantagem ilícita em prejuízo de pelo menos seis vítimas, que, induzidas em erro, pagaram valores relativos a cartas de crédito contempladas de consórcio sem, contudo, receber o bem do veículo.

Nesta via, o impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, consubstanciado na ausência de fundamentação idônea do decreto preventivo, que, inclusive, seria extemporâneo.

Alega, para tanto, que as condições pessoais do acusado lhe seriam favoráveis e que o crime teria sido praticado sem violência ou grave ameaça a pessoa.

Por fim, defende a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o acusado faria jus à substituição da preventiva por medidas cautelares mais brandas, descritas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que seja substituída a prisão por cautelares alternativas até o julgamento do *writ*.

É o relatório.

O pleito não merece acolhimento.

Sabe-se que o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Não bastasse, da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que:

"Inicialmente, no tocante as alegações de que o decreto de prisão não merece prosperar porquanto lastreado em fatos extemporâneos, melhor sorte não assiste ao paciente.

Superior Tribunal de Justiça

Anote-se que a conduta do agente se perpetrou no tempo e, ainda, a prisão preventiva fora decretada esse ano, pois, as denúncias acerca das condutas delitivas, em tese, praticadas pelo paciente foram realizadas no corrente ano, como se vê das declarações, de modo que não há ilegalidade alguma no decreto da prisão cautelar.

[...]

*Igualmente, no que toca ao periculum libertatis (perigo concreto causado pela permanência do paciente em liberdade), por ora, está ele corretamente fundamentado em razão da necessidade de assegurar a **ordem pública**.*

Em que pese o ora paciente negar a prática delitiva quando de seu interrogatório em fase pré-processual, explicando que a situação não passou de um imbróglio, as provas amealhadas, por ora, apontam em outra direção.

*O ora paciente, em tese, **ludibriou inúmeras vítimas, pelo menos 06 (seis), oferecendo carta de consórcio já contemplada, todavia ao que parece, o ora paciente recebia os valores pela venda dessas cartas, mas não as entregou e sempre que procurado pelas vítimas tentava se esquivar.***

E, ainda, pelo relato do cunhado de umas das vítimas o paciente efetuou a transação de veículo Jeep Renegade, todavia mesmo após o depósito dos valores pedidos pelo paciente o automotor não lhe foi entregue.

[...]

A Vítima Aline Fusco informou ter pago ao paciente a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

O ofendido Maycon Henrique relatou que seu cunhado depositou para o paciente o valor do veículo (Jeep Renegade), todavia não entregou o carro e ainda passou a usar o automóvel como se dele fosse.

O modus operandi do delito, ao que parece, foi bastante arquitetado, portanto premeditado.

*Não bastasse isso, extrai-se do sistema Oráculo que o **paciente ostenta antecedente criminal por delito de apropriação indébita.***

Assim, ante a gravidade concreta do crime, posto que ao que parece inúmeras vítimas foram ludibriadas, aliado a existência de anotação criminal por delito de semelhante natureza, resta demonstrado a necessidade da segregação cautelar a fim de garantir a ordem pública, pois é evidente o risco de reiteração delitiva.

Não se olvide que a decisão que decretou a prisão está satisfatoriamente fundamentada, uma vez que relata de

Superior Tribunal de Justiça

forma pormenorizadas as condutas, em tese, praticadas pelo ora paciente" (e-STJ fls. 24-25, grifou-se).

Da leitura de tais fundamentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator